nas exportações, mas os pecuaristas serão levados e recompor o valor em dólar do seu patrimônio – rebanho e preço de venda do animal. Do lado da exportação, os negócios sofreram a influência de três variáveis:

- a retomada das exportações argentinas;
- a continuidade da recessão e esfriamento da demanda de carne por parte dos países do Leste asiático;
- a política de subsídio de exportação da União Européia (*dumping* com preço de US$1 mil por tonelada, correspondente a uma subvenção de 60%), ante o aumento dos seus excedentes.

Concorrência especula

Aos olhos dos concorrentes do Brasil, a estabilidade econômica do Plano Real trouxe novas prioridades de investimento, inclusive na pecuária de corte. Os pecuaristas viram suas margens de lucro cair e as terras, que serviam de garantia contra a inflação, perderam liquidez. A aposta é de que o rebanho nacional vem se reduzindo e que as exportações também vão encolher. No tocante ao primeiro ponto, o IBGE divulgou o Censo de 1995, objeto de análise nesta edição de AGROANALYSIS. Quanto ao segundo, os números dos dois últimos anos são um balde de água fria na efervescência dos boatos. **(L.A.P. e R.A.)**

CARNE BOVINA

O que é bom deve durar

Com preços competitivos em relação a seus concorrentes diretos, o Brasil precisa fortalecer sua posição em 1999

VICENTE NOGUEIRA E PAULO MUSTEFAGA

Pelas expectativas em torno da desvalorização cambial, 1999 deverá ser um bom ano para vendas externas de carne e outros produtos de origem agropecuária. Além disso, as possibilidades em torno da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação para o Circuito Pecuário Centro-Oeste permitirá ao país negociar o acesso da carne brasileira a novos mercados.

A desvalorização cambial abre perspectivas para que o bom desempenho das exportações de carne bovina do ano passado se repitam em 1999. As cotações em dólares do boi gordo no Brasil estão muito inferiores às praticadas na Argentina e no Uruguai, seus principais concorrentes, o que irá favorecer a colocação do produto brasileiro no mercado internacional.

A instabilidade da economia e a possibilidade de retorno da inflação, no entanto, não permitem avaliar ainda o ganho real de competitividade da carne brasileira, pois os custos de produção estão aumentando.

Por outro lado, as vendas externas do setor só refletirão plenamente a desvalorização do real a partir de março, uma vez que muitos frigoríficos ainda exportam de acordo com contratos vinculados ao câmbio anterior à desvalorização cambial. Os frigoríficos geralmente financiam suas vendas ao exterior mediante adiantamento de contrato de câmbio (ACC), antecipando suas receitas junto aos bancos. Essa operação é realizada normalmente com câmbio prefixado por 90 dias em média, o que não permite aos exportadores se beneficiarem de imediato no caso de uma eventual desvalorização do real.

Outro fator que deverá favorecer as exportações da carne brasileira este ano, caso se confirme, é a expectativa de que os preços na Argentina voltem a subir a partir de março, quando deve ocorrer uma redução na oferta de bois para abate naquele mercado. A desvalorização do real somada à elevação de preços na Ar-



gentina tornarão o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional, proporcionando um aumento de receitas com exportações.

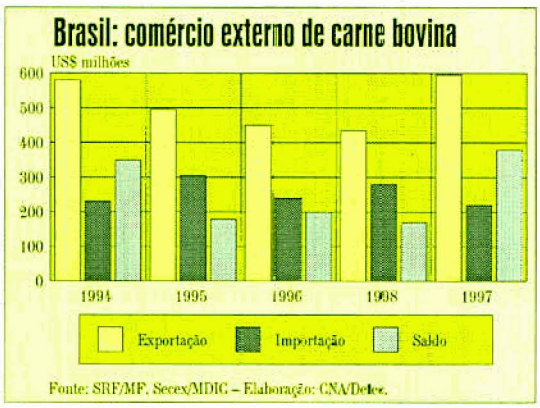
Crescimento de exportações em 1998

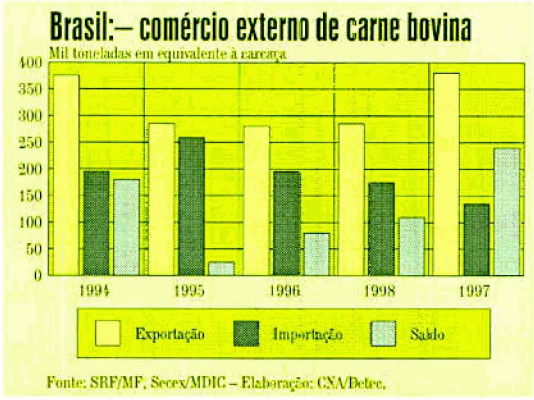
Em 1998 houve uma retomada no crescimento das exportações de carne bovina. Foram embarcadas 377,6 mil toneladas, em equivalente-carcaça, correspondentes a uma receita de US$588,5 milhões. Esse resultado significa um volume 32% maior e um valor acrescido de 35% sobre o alcançado em 1997. Foi o melhor desempenho desde 1994. Somadas às vendas externas de couro – US$671,2 milhões –, as exportações do setor chegaram a cerca de US$1,26 bilhão em 1998.

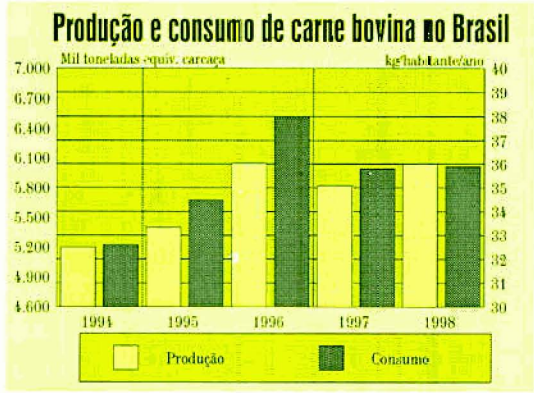
As importações, por sua vez, foram de US$220 milhões para um total de 135 mil toneladas em equivalente-carcaça, o que representa uma redução de 19% em valor e de 23,3% em volume sobre o importado em 1997. As importações de couro somaram US$145 milhões. O resultado foi um superávit de aproximadamente US$ 895 milhões para a balança comercial brasileira.

O crescimento da participação brasileira nos mercados interno e externo em 1998 foi possível, de um lado, em função da crise da pecuária na Argentina, onde nos últimos anos houve uma substituição de pecuária por agricultura em algumas áreas, causando redução do rebanho, além de problemas climáticos relacionados a secas e enchentes. Um quadro de baixa oferta de animais para abate e elevados preços prejudicou as exportações portenhas. Por outro lado, a pecuária brasileira vem avançando em produtividade, favorecendo maior oferta de carne a preços competitivos em relação a seu parceiro do Mercosul.

Nos últimos quatro anos o Brasil vem reduzindo anualmente suas importações de carne e ao mesmo tempo aumentando as exportações. Em 1995, o balanço entre exportações e importações registrou um saldo de 23,4 mil toneladas; a produção brasileira naquele ano seria suficiente apenas para abastecer o mercado interno com pequena margem, caso não houvesse importações. Em 1998, o resultado entre exportações e importações foi de 242,6 mil toneladas.







De 1995 a 1998 as exportações saltaram de 285 mil toneladas para 377,6 mil, enquanto as importações passaram de 261 mil para 135 mil toneladas. Por outro lado, estima-se que o consumo de carne bovina no Brasil tenha passado de cerca de 33 para 35,9 kg/habitante/ano entre 1994 e 1998, reafirmando que o setor é mesmo o maior fornecedor de proteína animal para a população brasileira.

Com a crise na pecuária argentina, o Brasil aumentou sua participação na fatia de mercado que deixou de ser abastecida por aquele país, aumentando suas vendas de carne bovina *in natura* para tradicionais compradores da União Européia (Países Baixos, Itália, Alemanha, Espanha e França, entre outros), para o Chile e para países do Oriente Médio e África (Israel, Irã e Egito). Houve também expressivo aumento nas vendas de carne industrializada, principalmente para o Reino Unido e Estados Unidos, nossos maiores compradores.

Febre aftosa ainda é o maior desafio

Embora as exportações tenham crescido tanto em 1998, a participação brasileira no comércio mundial de carne bovina ainda é pequena, tendo em vista a vocação natural do país e o imenso potencial para aumentar a produção e gerar excedentes exportáveis. Isso decorre, em grande parte, das dificuldades de acesso que a carne brasileira ainda enfrenta no mercado internacional.

Alegando razões que falam da febre aftosa, vários países impõem restrições à importação de carne bovina *in natura*, bovinos e sêmen bovino provenientes do Brasil, especialmente no circuito não-aftoso, formado pelos principais importadores mundiais, como Estados Unidos,

Canadá, União Européia, Japão e Coréia, que respondem por quase 70% das importações mundiais do produto.

Perspectivas para ampliação da zona livre

Em maio de 1998 o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram reconhecidos como zona livre de febre aftosa com vacinação, pelo Escritório Internacional de Epizootias (OIE). O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, coordenado pelo Ministério da Agricultura e com participação das secretarias estaduais de agricultura e da iniciativa privada, possibilitou também o controle da zoonose no Circuito Pecuário Centro-Oeste, formado pelos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Está previsto para este ano o início do inquérito soro-epidemiológico no circuito pecuário Centro-Oeste e a declaração de zona livre de febre aftosa com vacinação pelo governo brasileiro, a ser reconhecida em maio de 2001 pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

O início da sorologia implica o fechamento das fronteiras dos estados desse circuito com os estados dos circuitos Leste (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe), Nordeste e Norte. Ficará proibido o ingresso de bovinos e subprodutos provenientes das áreas classificadas como de alto risco no circuito Centro-Oeste. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul vem coordenando um estudo com objetivo de avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes do fechamento dessas fronteiras.

Não obstante o avanço do controle sanitário do rebanho no circuito Centro-Oeste, alguns problemas ainda precisam ser solucionados para que a região possa integrar a zona livre de febre aftosa brasileira. Alguns requisitos previstos na Portaria n.º 546, de 16.11.98, do Ministério da Agricultura, que estabelece as condições para a ampliação da zona livre de febre aftosa, ainda não foram plenamente cumpridos por alguns estados. Entre esses requisitos estão a aprovação de legislação estadual de defesa sanitária animal, contratação de profissionais qualificados e construção de postos de fronteiras. É importante que os novos governos estaduais dêem continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos serviços de defesa sanitária animal, sob pena de prejudicar o cumprimento do programa e comprometer todo o esforço e os investimentos já realizados pelos setores públicos e privados para erradicação da doença.

Preocupa as autoridades sanitárias da região a recente ocorrência de foco de febre aftosa em Naviraí (MS), em janeiro deste ano. O código zoossanitário internacional estabelece, entre outras coisas, que uma região deve estar há no mínimo 24 meses sem foco para que possa ser declarada zona livre de febre aftosa com vacinação. A avaliação dos técnicos do Ministério da Agricultura é de que a ocorrência da doença no início do ano poderá alterar o cronograma para o estado.

A condição de zona livre de febre aftosa facilitará o acesso do Brasil aos mercados não-aftosos, abrindo perspectivas de aumento de exportações e melhores preços para a carne brasileira. Mas para que o país possa lograr o pleno êxito na erradicação da febre aftosa, é necessário ainda estruturar os serviços de vigilância sanitária dos estados do Nordeste e do Norte, onde ocorre a maior parte dos focos da doença, visando incluí-los na zona livre. O apoio dos governos estaduais e da iniciativa privada ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa não pode ser dispensado.

A REDUÇÃO NA OFERTA de bois para abate com elevação de preços na Argentina pode se somar à desvalorização do real para tornar o produto brasileiro ainda mais competitivo no mercado internacional, proporcionando aumento de receitas com exportações.

Outros problemas da pecuária de corte

Além da questão da febre aftosa, outros pontos merecem especial atenção dos setores públicos e privados quanto ao desenvolvimento da pecuária de corte brasileira e à abertura de novos mercados.

Rastreabilidade – A União Européia aprovou recentemente a obrigatoriedade de sistema de rastreamento para importação de carne bovina a partir do ano 2001. O sistema foi desenvolvido na Europa após a crise desencadeada pela encefalopatia espongiforme bovina (eeb) ou doença da vaca louca, objetivando proporcionar aos consumidores garantias quanto à procedência e qualidade da carne bovina comercializada. A rastreabilidade consiste em informações que permitem identificar todo o histórico do animal que deu origem ao produto, como origem, sistema de criação, idade e local de abate entre outros.

Essa nova exigência no comércio de carne bovina impõe ao Brasil a necessidade de desenvolver, com a máxima urgência, um modelo de rastreamento, sob pena de ficar fora de importantes mercados num prazo de dois anos. O Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação Nacional da Agricultura tem feito gestões para que o Ministério da Agricultura promova estudos, em parceria com a iniciativa privada, para implantar um sistema de rastreamento para a carne brasileira.

Tipificação de carcaças – Outro fator que tem afetado o desenvolvimento da pecuária de corte brasileira é a falta de parâmetros que induzam o mercado ao pagamento por qualidade. Produtores que investem em técnicas avançadas, como melhoramento genético e produção de novilho precoce, geralmente não têm nenhum incentivo e recebem por seus animais os mesmos preços pagos por animais de qualidade inferior ou até mesmo de descarte.

É essencial implantar a tipificação de



carcaças no país, forma de instituir parâmetros referenciais para pagamento por qualidade. O primeiro passo para isso foi dado com a edição da Portaria n.º 145, de 1-9-1998, do Ministério da Agricultura, que prevê para janeiro do ano 2000 a instituição da tipificação de carcaças. É necessária ainda a realização de estudos, com participação da iniciativa privada, para o desenvolvimento da legislação pertinente.

Informalidade – A cadeia agroindustrial da pecuária bovina de corte brasileira vem atravessando uma fase de sérias dificuldades, entre outros fatores por causa da elevada tributação que onera o setor, estimulando a sonegação fiscal e o abate clandestino e causando prejuízos às empresas legalmente constituídas, que sofrem a concorrência desleal.

A crise se manifesta em forma de falências e fechamento de diversas indústrias, e os pecuaristas sofrem conseqüências como a inadimplência de algumas indústrias e insegurança na comercialização da produção.

No início do ano passado em Goiás, para proporcionar maior segurança ao pecuarista na comercialização de bovinos, um acordo entre produtores, indústrias frigoríficas e seguradoras desenvolvia um modelo de seguro de crédito ao produtor, a ser financiado pelo repasse de um percentual cobrado sobre o abate de cada animal. A idéia ainda não prosperou porque as empresas de seguros encontraram dificuldades em obter todas as informações de que precisam para dar andamento ao negócio.

O elevado grau de informalidade da atividade de abate ainda é o maior responsável pelas distorções ao longo da cadeia agroindustrial da carne bovina brasileira. Gera desestímulo e incertezas que inibem o desenvolvimento do setor. Governo e iniciativa privada têm que se unir para combater o problema, avançar na implantação do sistema de desossa nos frigoríficos e comercialização de carne embalada em todo o país e fortalecer os serviços oficiais de inspeção sanitária.

Paulo Sérgio Mustefaga é assessor do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA. Vicente Nogueira Netto é chefe do Departamento Técnico e Econômico da CNA.

CARNE BOVINA

Zebu à brasileira

O modelo que deu certo no Brasil está baseado na inseminação artificial e na importação do zebu indiano

DIRCEU BORGES

O Brasil detém uma pecuária bovina das mais destacadas e de maior potencial de desenvolvimento em todo o mundo: temos o maior rebanho bovino comercial, as melhores raças tropicais, uma seleção com objetivos bem determinados, excepcionais condições humanas e físicas.

Mas no início do século, essa pecuária praticamente não existia, o gado que sobrevivia em nossos campos agrestes era o resquício dos animais trazidos pelos colonizadores portugueses. Raças européias sem definição, de sucessivos cruzamentos, raquíticas, improdutivas, sofrendo com o calor e as doenças tropicais.

Pressionados pela necessidade de sobrevivência, os fazendeiros, principalmente de Uberaba, tiveram que buscar na Índia, onde as condições ambientais são semelhantes às nossas, animais que suportassem o clima, as doenças e as pastagens precárias do Brasil colonial. Com grandes dificuldades, conseguiram trazer pouco mais de 6 mil cabeças dessa espécie exótica chamada zebu, composta de várias raças, como o nelore, o guzerá e o gir. O zebu indiano foi uma verdadeira bênção para nosso país; se adaptou maravilhosamente aqui, deu nova perspectiva à nossa pecuária, tornou rapidamente azebuado todo o nosso rebanho.

Encontrado o gado certo para o lugar certo, o próximo passo dos criadores foi retornar à Índia nos anos 60 para buscar reprodutores puros nelore, gir e guzerá destinados a dar padrão a essas raças. Eram apenas quatro criadores, e poucos os animais que trouxeram. Utilizaram esses reprodutores para melhorar seus rebanhos, e algumas vezes os emprestavam a outros criadores, mesmo de longas distâncias, cobrando-lhes a cobertura das vacas.

Inseminação: fácil e econômica

Durante muitos anos prevaleceu essa prática, criando a elite do zebu. A tecnologia da inseminação artificial permitiu que os bons touros pudessem ser multiplicados pelo Brasil inteiro.

Os benefícios dessa tecnologia são óbvios e os resultados evidentes. Para